

RESOLUÇÃO Nº 34/2015 - REVOGADA

(Publicada no Diário Oficial de 22/07/2015)

Alterada pelas Resoluções nº 54/15 e 03/16.

Revogada pela Resolução nº 30/18.

Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à CHARA RIAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso da competência que lhe confere o artigo 46 do inciso I, do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE e do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000 e considerando o que consta do processo SDE nº 1100140012023,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à CHARA RIAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA., CNPJ nº 15.534.866/0001-50 e IE nº 101.528.931ME, instalada em Salvador, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

I - incluir a partir de 1º de março de 2016, a produção de confecções, fixando em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nesta atividade, mantidos o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) de crédito presumido a ser utilizado pela empresa nas saídas de calçados, bolsas, cintos e artefatos de couro e o prazo final de concessão do benefício estabelecido nesta Resolução.

Nota: A redação atual do inciso I do art. 1º foi dada pela Resolução nº 03, de 01/03/16, DOE de 09/03/16, efeitos a partir de 09/03/16.

Redação anterior dada ao inciso I do art. 1º pela Resolução nº 54, de 15/12/15, DOE de 23/12/15, efeitos a partir de 01/01/16, a 08/03/16:

"I - Crédito Presumido - fixa em 95% (noventa e cinco por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de calçados, e a produção de bolsas, cintos e artefatos de couro, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir de 1º de julho de 2015."

Redação original, efeitos até 31/12/15:

"I - Crédito Presumido - fixa em 95% (noventa e cinco por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de calçados, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir de 1º de julho de 2015."

II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

Art. 2º Por se tratar de projeto de ampliação, o percentual de crédito presumido previsto no inciso II, do art. 1º somente será aplicado às operações de saídas mensais de mercadorias que excederem ao valor de R\$ 67.531,40 (sessenta e sete mil, quinhentos e trinta e um

reais e quarenta centavos), atualizada pela variação acumulada do IGP-M, a partir de setembro/2014.

Art. 3º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 07 de julho de 2015.

JORGE FONTES HEREDA
Presidente